

Título do capítulo	CAPÍTULO 4 – A TIPOLOGIA OCUPACIONAL ERIKSON-GOLDTHORPE-PORTOCARERO: UMA AVALIAÇÃO ANALÍTICA E EMPÍRICA
Autor	Flavio Carvalhaes
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-064-6/capitulo4
Título do livro	DINÂMICA ECONÔMICA, MUDANÇAS SOCIAIS E NOVAS PAUTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Organizadores	João Cláudio Basso Pompeu André Rego Viana Luís Carlos Garcia de Magalhães Ana Paula Vasconcelos Gonçalves
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2023
Edição	-
ISBN	978-65-5635-064-6
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-064-6

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2023

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesso: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A TIPOLOGIA OCUPACIONAL ERIKSON-GOLDTHORPE-PORTOCARERO: UMA AVALIAÇÃO ANALÍTICA E EMPÍRICA¹

Flavio Carvalhaes²

1 INTRODUÇÃO

Na literatura contemporânea da área temática da sociologia da estratificação social, há um questionamento sobre a relevância do conceito de classe para a compreensão de como se estruturam as desigualdades sociais (Pakulski e Waters, 1996), ou de forma mais amena, mas igualmente crítica, uma forte contestação das operacionalizações convencionais do conceito de classe (Grusky e Weeden, 2008). Neste trabalho, desejamos contribuir para o debate a partir do ponto de vista de como o contexto brasileiro fornece ideias sobre as potencialidades e os limites da discussão.

Nossa estratégia argumentativa se apoia na apresentação do que pesquisadores estrangeiros e brasileiros entendem como análise de classe, ou seja, os pontos analíticos em comum que definem o objetivo daqueles que defendem que as classes sociais são uma dimensão fundamental para o entendimento de diversos tipos de desigualdade. Tendo delineado os pontos mais salientes dessas abordagens, nos preocuparemos em apresentar os principais questionamentos e críticas feitas à perspectiva, para em seguida apresentar as propostas de operacionalização do conceito para pesquisas empiricamente orientadas. Após uma revisão sistemática dos princípios e das críticas levantadas na literatura, fazemos um exercício que tenta conectar os debates e os dados que temos disponíveis em uma extensa avaliação de como a tipologia analisada se relaciona com outras características ocupacionais do mercado de trabalho brasileiro.

Procedemos de forma diferente em relação a outros pesquisadores do país interessados no assunto. A prática mais comum é tomar as classes sociais como variável explicativa central para o estudo da estruturação de diversos tipos de desigualdade: de oportunidades de mobilidade social (Scalon, 1997; Ribeiro, 2007)

1. Originalmente publicado como: Carvalhaes, F.A. de O. A tipologia ocupacional Erikson-Goldthorpe-Portocarero (EGP): uma avaliação analítica e empírica. *Sociedade e Estado*, v. 30, n. 3, p. 673-703, 2015.

2. Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Desigualdade (Nied). *E-mail*: flavio.carvalhaes@ifcs.ufrj.br.

ou desigualdade de renda (Santos, 2002), por exemplo. Esses e outros trabalhos, apesar de terem a preocupação em delinear quais são os princípios que guiam a operacionalização dos agrupamentos ocupacionais (ou classes) utilizados (Silva, 2003a; Santos, 2005; Ribeiro, 2007), não se preocuparam em analisar mais detidamente se os princípios analíticos elencados *a priori* para construir a variável de classe tinham alguma ressonância empiricamente válida. Não é desta forma que procedemos. Optamos por fazer uma análise “interna” da validade empírica do conceito, através da operacionalização de dimensões correlatas à classe que nos permitem operacionalizar metodologicamente uma avaliação da validade do conceito. Dados inéditos da caracterização ocupacional no Brasil e uma técnica estatística apropriada para o tratamento do problema que motiva nossa reflexão nos colocam em uma posição privilegiada para avaliar uma das tipologias ocupacionais mais relevantes na pesquisa sobre desigualdades sociais, o esquema Erikson-Goldthorpe-Portocarero, popularmente conhecido como EGP (Erikson, Goldthorpe e Portocarero, 1979; Erikson e Goldthorpe, 1992). Esperamos, com esta avaliação, poder esclarecer se os questionamentos contemporaneamente levantados pela literatura são válidos, ao tentarmos interpretar o mercado de trabalho brasileiro a partir desta tipologia.

1.1 Análise de classe: proposta e operacionalização

Perspectivas inseridas no projeto da análise de classes procuram interpretar como se estrutura a distribuição de um determinado bem ou recurso na sociedade, a partir da compreensão de que o processo de estratificação social é relacional, ou seja, é possível distinguir um conjunto de posições na estrutura produtiva da sociedade suficientemente comuns entre si, que contrastam com outras, e que compartilham entre si o nível e o grau de poder social dos indivíduos que nelas se inserem (Breen e Rottman, 1995). Apesar de haver um relativo desacordo sobre quais seriam os critérios teoricamente e empiricamente mais relevantes na operacionalização da variável de classe na sociedade contemporânea, existem algumas interseções entre as diferentes propostas. Todas operam através do estabelecimento de critérios conceituais claros na definição da variável de classe, assim em como ela se liga com o objeto empírico em cada tipo de estudo (Manza e Brooks, 1996; Grusky e Sørensen, 1998; Breen, 2005; Wright, 2005b).

Segundo um dos principais autores a avançar a perspectiva, Goldthorpe (2002), três considerações devem ser preenchidas para que um trabalho possa ser considerado uma análise de classe: i) a classe não pode ser construída como uma mera agregação arbitrária de títulos ocupacionais, mas deve conter um fundo conceitual claro, implementado a partir de critérios válidos; ii) análises de resultados específicos (por exemplo, disparidades de saúde) que têm a classe como variável explicativa devem ser capazes de demonstrar regularidades empíricas como forma de apontar a validade do constructo; e iii) a própria forma através da qual

as classes são conceituadas fornece um ponto de partida para o desenvolvimento de explicações em termos de ação social para as regularidades demonstradas (Goldthorpe, 2002, p. 214). Essa seria a contribuição genuinamente sociológica para o estudo da estratificação social: o entendimento de que há algum tipo de estruturação subjacente às desigualdades sociais ligadas à divisão social do trabalho. Nessa perspectiva, independentemente de como abordada ou operacionalizada, a classe (ou, em termos mais fracos, a dimensão ocupacional) seria uma forma privilegiada de entender aspectos estruturais da distribuição da desigualdade (Sørensen, 1996).

Apesar de haver divergências sobre o que poderia ser entendido pelo conceito de classe, há um ponto pacífico sobre a importância que a inserção ocupacional dos indivíduos tem para a compreensão da estruturação da desigualdade e de que esse é o ponto de partida para estratégias que pretendem fazer uma operacionalização do conceito (Erikson e Goldthorpe, 1992; Wright, 2005a; Weeden e Grusky, 2012). Diferentes posições no mercado de trabalho dariam acesso a um fluxo distinto de recursos e recompensas desigualmente distribuídos na sociedade (Goldthorpe, 2000; 2007a). A forma de sistematizar a relação entre a estrutura ocupacional e outras características da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho produz distinções entre as diferentes formas de operacionalização do conceito disponíveis na literatura sociológica internacional e nacional. Existe algum desacordo sobre quais seriam os critérios teoricamente mais relevantes na estruturação das classes, se deveríamos focar as relações de exploração inseridas na organização do trabalho (Wright, 1997; 2005b) ou estudar o tipo de contrato que regula as relações laborais (Goldthorpe, 2000; Breen, 2005; Goldthorpe, 2007a).

Neste capítulo, estaremos dedicados à avaliação analítica e empírica de uma tipologia ocupacional específica, o esquema EGP (1979). O principal objetivo da proposta é dar conta da comunalidade existente entre as diferentes posições presentes no mercado de trabalho e sua ligação com diferentes chances de vida.³ Uma das formas de se entender as classes seria a consideração da posição que as pessoas ocupam em mercados de trabalho, por meio do entendimento das relações de emprego que ocupam (Erikson e Goldthorpe, 1992); a compreensão de como relacionar inserção ocupacional e desigualdade deve dar conta da compreensão do relacionamento entre posições e a divisão social do trabalho (Breen e Rottman, 1995). O objetivo de um esquema de classes que se insere nessa perspectiva é diferenciar posições dentro de mercados de trabalho e unidades de produção, em outras palavras, diferenciar as posições em termos das relações de emprego que elas envolvem (Erikson e Goldthorpe, 1992, p. 37). Classes, segundo essa abordagem, são constructos ligados a posições no mercado de trabalho e na divisão social

3. Aqui seguimos a formulação weberiana clássica, que entende as chances de vida como experiências de afluência ou dificuldade, segurança ou insegurança econômica, chances de prosperar no avanço material ou então de fracassar nesse âmbito segundo o linguajar weberiano (Breen, 2005).

do trabalho, o principal mecanismo de alocação de retornos socialmente desejáveis (Breen e Rottman, 1995; Breen, 2005).

Analiticamente, essa proposta se baseia em uma forma de entender algo que é definido como um conflito intrínseco às relações de trabalho. A base das distinções entre diferentes posições no mercado seria a assimetria informacional entre o trabalhador e seu empregador. Uma distinção essencial na elaboração do esquema é aquela relativa ao estabelecimento da natureza das relações de emprego, que diz respeito ao tipo de regulação que adotam, ou seja, se elas são regidas por relações de serviço (*service*) ou trabalho (*wage-labour*). Um dos princípios para distinguir os dois tipos de contrato seria a assimetria informacional envolvida nos fluxos do cotidiano de trabalho, isto é, as possibilidades de supervisão direta do trabalho envolvida em uma ocupação específica (Goldthorpe, 2007b).

Contratos de trabalho seriam caracterizados por envolver poucos problemas de supervisão, estariam relacionados com tarefas bem determinadas e teriam poucos problemas de monitoramento, porque a tarefa do empregado pode ser, em princípio, inspecionada. Outras de suas características marcantes seriam menor estabilidade do emprego e menores chances de mobilidade econômica. O contrato de serviço, por sua vez, envolve uma assimetria informacional relativamente grande; sua inserção se dá em um contexto burocrático que implica uma troca de mais longo prazo e difusa. Os retornos não são ligados diretamente apenas à produtividade, mas também a elementos prospectivos, como promoções, segurança, estabilidade. Geralmente as tarefas estão ligadas ao exercício de autoridade delegada, sendo necessário que o executor detenha algum tipo de conhecimento específico e *expertise* para atuar (Breen e Halpin, 1989; Erikson e Goldthorpe, 1992; Breen, 2005; Goldthorpe, 2007b).

Fora esses tipos de inserção, via mercado, os autores da proposta também se esforçam para entender o vínculo que não passa necessariamente pelo emprego. Um primeiro tipo de inserção relacionado a esse tipo de posição é o trabalhador “conta própria”, que tem em seu trabalho relativa autonomia e controle dos meios de produção e condições de trabalho. A tipologia ocupacional EGP se preocupa em compreender essa dimensão explicitamente, apesar de o principal foco analítico estruturante da tipologia ser a venda de trabalho no mercado. As outras categorias presentes na tipologia têm uma marca da tentativa de entender o impacto da divisão dos setores econômicos na divisão do trabalho, e se preocupam com trabalhadores ou proprietários do meio rural, algo relativamente residual nas economias mais desenvolvidas, mas ainda presente, tanto em termos de mão de obra ocupada quanto em geração de riqueza, em um contexto como o brasileiro.

Podemos contrastar a proposta do EGP com as outras tipologias ocupacionais disponíveis na literatura sociológica brasileira sobre o tema. Tínhamos, a princípio,

no mínimo três opções à disposição, duas elaboradas mais próximas de princípios de operacionalizações neoweberianas (Silva, 2003a; Santos, 2005; Ribeiro, 2007) e uma neomarxista (Santos, 2005). As três fazem um esforço para incorporar tanto aspectos dos setores econômicos brasileiros, através da distinção entre *indústrias modernas* e *indústrias tradicionais* feitas por Silva (2003a) – incorporadas também em Ribeiro (2007) –, como as distinções do setor rural elaboradas por Santos (2005). Outra preocupação explícita é a criação de categorias para dar conta do vasto setor informal do mercado de trabalho brasileiro, como a presença de categorias que refletem o serviço doméstico nas três tipologias, além de categorias para dar conta do trabalho por conta própria, presente também nessas operacionalizações.⁴ Os trabalhos desses autores mostram, de diversas formas, a importância que o conceito de classe tem para a compreensão de diversos tipos de desigualdades. Todos seguem a mesma estratégia: estabelecem certos critérios previamente, operacionalizam as tipologias a partir do agrupamento combinado de ocupações com outras dimensões, geralmente posição na ocupação e setor de atividade econômica da ocupação. Analiticamente, não discordamos dessas diferentes propostas de operacionalização; as três parecem satisfatórias, a julgar pelos resultados mobilizados por seus autores para compreender os problemas com que se ocupavam – a desigualdade de oportunidades e transmissão intergeracional da desigualdade (Ribeiro, 2007) e a desigualdade de rendimentos (Santos, 2002; Silva, 2003b), por exemplo.

Infelizmente, duas limitações se impõem para seguirmos as propostas brasileiras de operacionalização de tipologias ocupacionais. A primeira é de natureza técnica. Essas tipologias são desenvolvidas tendo como foco explícito os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa pesquisa tem um tamanho amostral atípico em relação a outros inquéritos populacionais. Como ela tem interesses tanto acadêmicos como administrativos (monitorar o desemprego em regiões metropolitanas, por exemplo), seu desenho amostral contém, em média, 400 mil entrevistas. Isso permite que as tipologias ocupacionais propostas na literatura possam ser extremamente refinadas, chegando a dezenove (Ribeiro, 2007), dezoito (Silva, 2003a) ou treze categorias (Santos, 2005). Situações menos generosas, do ponto de vista do tamanho amostral, tornam inviável o trabalho com tal detalhamento. Essas tipologias também dependem diretamente de outros tipos de informação contingentes aos dados do IBGE, como setores de atividade ou a posição na ocupação.

4. Atenção semelhante é dada por trabalhos que também têm classes como dimensão explicativa central para o entendimento da desigualdade na América Latina, que se concentram no papel da informalidade na estruturação das desigualdades, como mostram análises feitas por Torche (2006) para o Chile, e também reflexões mais marcadas por um esforço comparativo (Portes e Hoffman, 2003; Portes e Haller, 2005; Portes, 2010).

Esses limites tornam atrativa a avaliação da tipologia EGP (Erikson, Goldthorpe e Portocarero, 1979) para a realidade brasileira. Ela oferece vantagens por ter menos categorias, e, portanto, é mais flexível para amostras de tamanhos menores. Ela também não depende de nenhuma variável disponível somente em dados como a PNAD, como a de setores de atividade do IBGE. Sua operacionalização depende apenas da informação sobre a ocupação e de algumas outras poucas variáveis de caracterização dessa inserção. Associada a essa flexibilidade está uma discussão teoricamente relevante a partir de reflexões sobre as direções do capitalismo contemporâneo, com princípios analíticos claros e operacionalizáveis. Diretamente relacionados à posição de classe estariam aspectos da vida econômica, tais como sua segurança, estabilidade e prospectos de avanços economicamente relevantes. Não seria exagerado dizer que indivíduos em classes distintas vivem em “mundos econômicos” bem diferentes, não apenas no que diz respeito a seu bem-estar material, mas também em relação a todo um espectro de riscos e oportunidades que são vividos (Goldthorpe e Marshall, 1997; Goldthorpe e McKnight, 2006, p. 129). Além disso, há uma significativa gama de resultados que mostra a relevância empírica desse tipo de dimensão para o estudo de diferentes problemas de pesquisa, como consumo cultural (Chan e Goldthorpe, 2007; Chan *et al.*, 2011), mobilidade social (Erikson e Goldthorpe, 1992), trajetórias ocupacionais (Goldthorpe e McKnight, 2006), entre outros. Ou seja, a tipologia que usaremos é satisfatória do ponto de vista analítico e mais flexível com os dados que temos à disposição. Portanto, nossa escolha se justifica tanto por critérios pragmáticos como substantivos. Basicamente, a tipologia ocupacional EGP sugere as classes representadas na tabela 1, que foi ajustada para os dados que utilizaremos para a avaliação empírica.

Tendo apresentado os principais contornos da operacionalização da tipologia EGP, e alguns dos limites que emergem da literatura sobre o tema ou em áreas correlatas, podemos nos deslocar a fim de refletir sobre sua relevância para o contexto brasileiro, retomando os questionamentos feitos anteriormente. Em geral, o destaque setorial (para a agricultura) e os tipos de vínculo no mercado de trabalho parecem uma boa orientação para a compreensão da estrutura de classes no Brasil. Tendo em vista a literatura sobre mercado de trabalho no país, o principal incômodo recai sobre as categorizações que se preocupam com as categorias de autoemprego. A princípio, o fato de essa categoria ser residual no esforço da tipologia pode representar uma dificuldade para captar uma característica fundamental da estruturação do mercado de trabalho nos contextos latino-americano e brasileiro, que têm na informalidade e no autoemprego uma das formas dominantes de envolvimento com o trabalho (Cardoso, 2008; Portes, 2010). Retomaremos essa reflexão posteriormente, em nosso exercício empírico, mas podemos apontar que essa é uma marca de todos os esforços feitos na criação de tipologias ocupacionais para o Brasil.

1.2 Análise de classes: críticas e limites

Há três categorias distintas de críticas que podemos mobilizar para apontar insuficiências de abordagens que defendem a análise de classes. A primeira, de natureza mais teórica, questiona a própria viabilidade heurística do conceito para interpretação do mundo contemporâneo. O segundo grupo de críticas é “interno” aos trabalhos ligados à área da estratificação social; os autores dessas propostas até concordam com a premissa de que *classe* é uma forma relevante de compreensão do mundo contemporâneo, mas tecem severas críticas ao modo como tem sido tratada. Finalmente, um terceiro bloco de críticas pode ser mobilizado através das próprias especificidades que o contexto brasileiro (e no limite, latino-americano) impõe para o trabalho com esse tipo de abordagem. Iremos abordar cada um desses blocos, começando pelo primeiro.

Autores destacam o enfraquecimento das classes como critério de identificação para ação coletiva, argumentando em uma direção que destaca o fortalecimento de outros tipos de clivagem que seriam sobrepostos a elas, como laços comunitários de moradia, raça, sexo, dissídios coletivos não relacionados ao trabalho, entre outros (Pakulski e Waters, 1996). Há também argumentos mais focados no tema da classe em si, que destacam que transformações estruturais do capitalismo teriam levado a uma diminuição da importância do trabalho como fonte identitária para os indivíduos, que procurariam outros tipos de vínculos em um mundo “pós-alguma coisa” – moderno, fordista, salarial, sendo grande a lista (Manza e Brooks, 1996). Esse tipo de mobilização teve alguma voga, principalmente no período mais próximo à derrocada do bloco soviético. No entanto, devido ao fato de os trabalhos empíricos que continuaram se baseando no conceito de classe invariavelmente produzirem resultados empiricamente relevantes, o impacto desse tipo de crítica foi pouco sentido, e, portanto, não nos aprofundaremos em seus argumentos.

O segundo bloco de críticas consiste em questionamentos mais interessantes do nosso ponto de vista. As críticas internas à análise de classes levantam problemas de operacionalização conceitual. Independentemente de qual o princípio analítico eleito como sendo o mais relevante para a pesquisa empírica, abordagens ligadas à análise de classe destacam ex ante quais seriam os conceitos heurísticamente importantes para o agrupamento de um conjunto de ocupações sob o mesmo rótulo (Grusky e Sørensen, 1998; Grusky e Galescu, 2005; Grusky e Weeden, 2006). Autores insatisfeitos com os critérios heurísticos e de operacionalização dessas abordagens fazem uma crítica simples, mas certa: se a preocupação fundamental recai sobre relações contratuais ou de exploração no mercado de trabalho, por que rotular os resultados sob o nome de classe? No limite, outros rótulos poderiam ser criados, talvez mais próximos do que está sendo investigado, e, em vez de classe proprietária, falaríamos de classe exploradora, ou então a troca seria de classe de administradores e profissionais de alto nível para detentores de contratos de prestação de serviço. A perda de elegância seria compensada por uma maior

precisão conceitual (Grusky e Sørensen, 1998). Na proposta avançada pelos autores ligados a essa perspectiva, ao invés de trabalhar com grandes agregados ocupacionais em algum tipo de tipologia, chamado por eles de macroclasses, deveríamos deslocar nossa atenção para as ocupações em si, ou, segundo eles, microclasses (Grusky e Galescu, 2005).

Apesar de acharmos interessantes as desconfianças presentes na autointitulada proposta neodurkheimiana, suas limitações chamam mais atenção do que suas possíveis qualidades. A nosso ver, é um certo exagero advogar por especificidades de cada ocupação, em vez de tentar ver pontos comuns e situações compartilhadas por certas especificidades no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, em lugar de tratarmos uma inserção ocupacional de forma genérica, pelo compartilhamento de certas especificidades, deveríamos destacar suas diferenças. Por exemplo, ao invés de falarmos sobre profissionais liberais, deveríamos nos referir especificamente a dentistas, advogados, médicos e similares. Esse aumento de complexidade não parece justificar os ganhos analíticos com a troca de estratégia. Dos pontos de vista operacional e metodológico também, a troca impõe severas limitações. Além de não haver garantias de que esse nível de análise leve a uma maior confiabilidade nas pesquisas (na realidade, o inverso pareceria acontecer), os modelos multivariados que viraram lugar-comum em diversos estudos sobre estruturação da desigualdade, sejam eles sociológicos ou de outras disciplinas, teriam sérias limitações para incorporar uma abordagem tão ineficiente do ponto de vista operacional. Um outro limite, do contexto brasileiro, também se impõe. A trajetória da consolidação do mercado de trabalho nacional e suas inflexões não apontam para uma cristalização ou fortalecimento de nichos ocupacionais, pelo contrário (aspecto que iremos expandir posteriormente). Finalmente, do ponto de vista empírico, os autores também não parecem oferecer vantagens, mesmo no contexto norte-americano. Com todas essas limitações, parece-nos prudente guardar dessa abordagem apenas sua desconfiança com as abordagens tradicionalmente defendidas. Em nossa opinião, esta foi a maior contribuição dessa perspectiva para nossos presentes propósitos.

Por fim, nos resta a consideração de possíveis limites impostos à abordagem da análise de classes pelo contexto brasileiro. Tentaremos mobilizar tanto características relevantes apontadas na literatura sobre a estruturação de nosso mercado de trabalho como a maneira pela qual outros pesquisadores incorporaram essas características em suas propostas de operacionalização dessa dimensão de classe para o Brasil e, indiretamente, também para o contexto latino-americano. O principal ponto levantado enquanto estruturador das classes é o mercado de trabalho e como as pessoas nele se inserem. Essa simples afirmação não é trivial para os contextos brasileiro e latino-americano. Incapaz de expandir as relações salariais para um contingente significativo da população, o modelo de desenvolvimento do Brasil e de outros países do continente é marcado por significativas clivagens, sendo uma das principais o eixo da formalidade e informalidade (Portes e Hoffman, 2003; Portes e Haller,

2005; Cardoso, 2008). Sobreposto a essa situação, ainda há um intenso processo de desemprego recorrente para significativas parcelas da população, detentoras de características específicas, que são capazes de se posicionar no mercado de trabalho apenas de forma intermitente e provisória (Guimarães, 2002), ou então através de processos de intermediação do trabalho que impõem sérios limites à interpretação clássica do estabelecimento dos vínculos no mercado de trabalho (Guimarães, 2008).

Feita a exposição sobre as possibilidades e limites da análise de classes e do trabalho com uma de suas notórias vertentes, podemos resumir as intenções da avaliação empírica que se segue. São conhecidos os paradoxos do nosso mercado de trabalho, que encontra grande parte de seu contingente ocupando posições precárias, informais e desprotegidas. Nesse contexto, não é trivial nos questionarmos sobre a plausibilidade de propostas que pretendem interpretar uma situação dessas como “estruturada”, passível de ser compreendida e agrupada sob grandes rótulos. As características próprias ao nosso contexto reforçam a inquietação surgida na literatura sociológica e impõem uma desconfiança sobre a relevância do conceito de classe. O principal eixo analítico que guia a construção da tipologia que iremos avaliar se refere ao mercado de trabalho e aos tipos de vínculos nele estabelecidos. A tipologia também se esforça para sistematizar aquelas situações que oferecem outros tipos de vínculo igualmente fortes, ou setoriais (no caso da agricultura) ou de associação híbrida ao mercado (como os trabalhadores por conta própria). Como a tipologia ocupacional que iremos avaliar – o esquema de classes EGP (Erikson, Goldthorpe e Portocarero, 1979) – foi criada para um contexto socioeconômico e produtivo muito distinto do brasileiro, podemos questionar se as características do mercado de trabalho no Brasil impõem desafios empíricos a essa proposta ou não. Portanto, a pergunta que guia o exercício empírico a seguir é: qual a ressonância empírica dos princípios analíticos elencados como relevantes para a operacionalização do esquema de classes EGP para o caso brasileiro?

De forma mais direta, podemos perguntar se os agrupamentos ocupacionais tradicionalmente feitos pelos sociólogos dedicados ao estudo da desigualdade “medem” o que eles mesmos argumentam medir. Podemos ser mais precisos: os princípios analíticos elencados pela literatura internacional, especialmente aquelas propostas na tipologia ocupacional adotada pelo esquema EGP (Erikson, Goldthorpe e Portocarero, 1979), são suficientes na operacionalização do conceito de classe para a realidade brasileira? Quais são, empiricamente, as associações entre as categorias ocupacionais mobilizadas na tipologia EGP e as características do mercado de trabalho brasileiro? Nossa principal desconfiança recai na relevância analítica colocada sobre a estruturação do mercado de trabalho e os diferentes tipos de contrato que regem os vínculos presentes nele. Ao invés de tentar preestabelecer quais são os critérios que deveriam ser elencados para construção de uma tipologia, o que já foi feito, tentaremos fazer um exercício empírico que mobilize resultados que podem informar nosso julgamento, para respondermos a essas inquietações.

1.3 Dados e estratégia analítica

Os exercícios de validação empírica de constructo são práticas comuns em áreas relacionadas às ciências sociais, como a epidemiologia social ou a psicologia social, mas são um exercício menos comum na sociologia empiricamente orientada. Isso pode levar a, no mínimo, duas consequências pouco desejadas: ambiguidade conceitual e falta de clareza. Quando um conceito é operacionalizado *ex ante* e utilizado diretamente em análises como variável explicativa, as evidências de sua validade são tratadas a partir de sua significância estatística em um determinado modelo multivariado. Entretanto, não há nenhum tipo de garantia de que o que se diz medir seja o que se está realmente medindo na situação avaliada (Evans e Mills, 1998). Essa não é uma falta de cuidado da sociologia brasileira, mas uma prática comum também em outros países. Recentemente esse espaço de contribuição foi ocupado por alguns sociólogos europeus e norte-americanos, que passaram a se dedicar à avaliação dos conceitos caros à área, como classe social, de especial interesse para o presente projeto (Evans e Mills, 2000). Exercícios semelhantes são raros no Brasil, na operacionalização de conceitos sociológicos em geral, e também naqueles caros à pesquisa sobre desigualdades. Assim, é oportuno que uma contribuição seja feita para explorar empiricamente alguns princípios analiticamente levantados.

Felizmente há dados disponíveis para o exercício de validação que propomos com o acesso aos microdados do survey realizado no âmbito do Instituto do Milênio – Pesquisa das Dimensões Sociais das Desigualdades. Esse *survey*, produzido em 2008, tem amostra probabilística, representativa para todo o Brasil, onde foram realizadas entrevistas em 8.048 domicílios. Foram levantados dados sobre emprego, saúde, justiça distributiva, experiência discriminatória, comportamento político, entre outros. Um dos módulos continha um conjunto de questões que caracteriza a inserção ocupacional dos indivíduos, de onde extraímos as variáveis necessárias para a realização de nosso exercício empírico. Para construção da variável de classe, temos a informação da ocupação e das outras variáveis necessárias para sua operacionalização de acordo com critérios internacionais. O acesso a essa base de dados nos coloca em uma posição privilegiada. Por um lado, podemos operacionalizar a variável EGP da forma mais rigorosa possível, seguindo as orientações internacionais disponíveis. Isso se deve ao fato de termos, na mesma base de dados, informações sobre a ocupação da pessoa e outras características não levantadas nas pesquisas do IBGE. Particularmente importante na construção dessa tipologia é a dimensão da autoridade, operacionalizada através da pergunta se o indivíduo exerce tarefas de supervisão e quantas pessoas supervisiona. Essa variável, aliada à informação da ocupação e da posição na ocupação, permite operacionalizar a variável EGP seguindo rigorosamente todos os passos da literatura internacional (Ganzeboom e Treiman, 1996).⁵

5. Seguimos os códigos feitos por Harry Ganzeboom e disponíveis na página: <http://www.harryganzeboom.nl/isco88/>.

No entanto, a rigor, não temos variáveis que avaliam o constructo de classe diretamente. Para reproduzir os estudos mencionados anteriormente, teríamos que ter acesso a variáveis que refletissem as condições de promoção no emprego, sua estabilidade, e, principalmente, questões que tratassem mais diretamente a assimetria informacional intrínseca às ocupações, de modo que pudéssemos avaliar mais diretamente indicadores do tipo de contrato que rege o vínculo dos indivíduos com o mercado de trabalho, se de serviço (*service*) ou trabalho (*labour*). Acreditamos ter disponível, em nossa base de dados, outros critérios relevantes de caracterização ocupacional, apresentados abaixo. A indisponibilidade de variáveis que teriam o propósito de avaliar diretamente os princípios analíticos levantados na literatura é amenizada pela presença das variáveis de caracterização ocupacional, extremamente relevantes no contexto do mercado de trabalho brasileiro, como mostraremos adiante. Além disso, a técnica estatística por nós utilizada, detalhada na seção seguinte, é centrada em pessoas e não em variáveis, o que nos permite contornar os limites das variáveis disponíveis. Em análises centradas em variáveis (*variable oriented approaches*), a ênfase está na identificação das relações entre variáveis, e se assume que essas relações se mantêm entre todas as pessoas da amostra avaliada, e, no limite, para a população, já que as técnicas têm componentes inferenciais. Análises fatoriais exploratórias são um exemplo de técnica centrada em variáveis. Em uma análise centrada em pessoas (*person oriented approaches*), a ênfase é nos indivíduos, ou seja, de um ponto de vista operacional, isso quer dizer estudar os padrões de respostas dos indivíduos e sua relevância para o problema sob consideração. A técnica por nós utilizada se insere nesse quadro, com a intenção de procurar grupos de indivíduos que exibem padrões similares de características que podem ser agrupados em algum perfil latente de características (Collins e Lanza, 2010, p. 8).

Assim, tiramos proveito desse recurso metodológico para fazer uma avaliação substantiva da ressonância empírica dos princípios analíticos elencados, mobilizando as outras variáveis de caracterização ocupacional presentes na base, como *número de horas trabalhadas*, *posição na ocupação* e as outras variáveis elencadas na tabela 1; através de uma modelagem em dois passos, podemos avaliar se indivíduos que compartilham certas características pertencem a uma mesma classe latente (CL). Em seguida, podemos avaliar como essas CLs se relacionam com a variável de classe que temos disponível. Dessa forma, podemos analisar o problema a partir de como ele emerge dos dados e do perfil de distribuição da amostra que temos disponível, em um exercício semelhante ao que outros pesquisadores fizeram no contexto internacional (Birkelund, Goodman e Rose, 1996; Evans e Mills, 1998; 1999; 2000).

TABELA 1
Variáveis utilizadas na análise de CLs

Variável	Número de observações	(%)
Número de horas trabalhadas		
Menos de 8 horas	1.173	22,37
Oito horas	2.503	47,73
Mais de 8 horas	1.568	29,90
Posição na ocupação		
Empregado no setor público	647	12,34
Empregado no setor privado com carteira assinada	1.881	35,86
Empregado no setor privado sem carteira assinada	613	11,70
Conta própria	1.988	37,90
Empregador	116	2,20
Contribuição para Previdência		
Não contribui	4.458	85,02
Contribui	786	14,98
Filiação sindical		
Não é filiado	3.911	74,59
É filiado	1.333	25,41
Licença médica e férias		
Sem nenhum dos direitos	2.562	48,86
Com direito a férias, licença ou ambas	2.682	51,14
Forma de pagamento		
Outras formas de pagamento	2.098	40,02
Pagamento mensal	3.146	59,98
Salário bruto em número de salários mínimos ¹		
Zero a 3 salários mínimos (SMs)	4.154	79,22
Mais de 3 SMs	1.090	20,78
Setor de atividade da ocupação ²		
Atividades agrárias e agropecuárias	424	8,08
Indústria (transformação, construção, moderna)	917	17,48
Comércio	827	15,77
Outras atividades	309	5,89
Serviços	664	12,67
Administração pública	2.104	40,12

Fonte: Pesquisa das Dimensões Sociais da Desigualdade 2008. Disponível em: <http://www.cis.org.br>. Acesso em: 30 out. 2021. Elaboração do autor.

Nota: ¹ Valores de 2008.

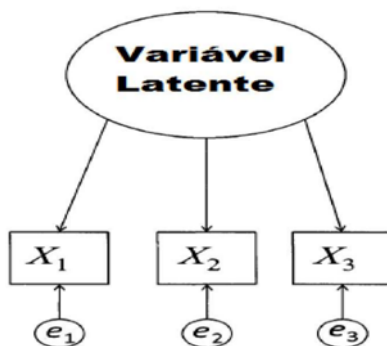
² Usada como *dummies* na análise de CLs.

Nosso principal método de análise é a estimação de um modelo de CLs (*latent class analysis*).⁶ A ideia básica dessa técnica é a de que há uma distribuição latente (não observada) de alguma dimensão que pode ser representada através da associação de uma série de variáveis categóricas, tomadas como indicadoras de uma tipologia não diretamente mensurada. Dado o pertencimento a uma categoria latente, as variáveis observadas são independentes entre si. O objetivo é explicar a associação entre um conjunto de variáveis categóricas observadas em termos de uma estrutura latente hipotetizada (no nosso caso, dimensões relevantes do mercado de trabalho brasileiro e a capacidade da tipologia EGP em captá-la). O objetivo é conseguir uma representação de um conjunto X de variáveis (no nosso caso, quinze) através de um número de dimensões menor, logo, mais simples (McCutcheon, 1987; Hagenaars e McCutcheon, 2002; Collins e Lanza, 2010).

O termo latente significa que uma variável, não medida diretamente, é proposta. Ela é medida indiretamente por duas ou mais variáveis observadas, logo, sujeitas a mensuração. A análise prossegue da seguinte forma. Modelos são especificados assumindo que um número mínimo de CLs permeia as variáveis observadas. Em cada passo, o modelo adiciona um parâmetro até chegar ao número máximo de CLs possíveis, que se igualaria ao número de variáveis possivelmente incluídas no modelo. Os sucessos dos ajustes podem ser avaliados de duas formas: pelos ajustes da modelagem, ou seja, critérios de escolha do modelo final que são um balanço entre indicadores estatísticos (qui-quadrado, *likelihood ratio* e as estatísticas bayesianas Bayesian Information Criterion e Akaike Information Criterion); ou por meio de um balanço analítico entre parcimônia e relevância substantiva daquele resultado. Ao contrário de outros métodos multivariados, que recaem sobre testes de hipóteses convencionais, essa é uma técnica exploratória, que permite certo grau de subjetividade do pesquisador em sua tomada de decisão pelo modelo final. O outro critério de avaliação são os resultados da associação dos indicadores observados com as CLs observadas (McCutcheon, 1987; Hagenaars e McCutcheon, 2002; Collins e Lanza, 2010). A figura 1 ilustra a intuição da técnica.

6. É apenas uma coincidência estarmos discutindo uma teoria nomeada *análise de classes* e avaliar um conceito diretamente vinculado dessa perspectiva com uma técnica chamada *análise de classe latente*. Como esperamos deixar claro, essa é uma técnica para entender padrões de variação entre quaisquer conjuntos de indicadores categóricos.

FIGURA 1
Modelo de análise de CLs



Fonte: Collins e Lanza (2010, p. 5).

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Esses modelos são adequados para nossos propósitos, pois eles não fazem suposições sobre a distribuição das variáveis, que é desenvolvida especialmente para a análise de variáveis categóricas. Essa estratégia permite identificar princípios organizadores subjacentes a um conjunto complexo de indicadores, de forma que é possível avaliar se há algum princípio organizador que identifica grupos homogêneos entre si. Os resultados do modelo permitem, sinteticamente, a análise de um conjunto extenso de dados e suas associações, que não seriam passíveis de serem analisadas separadamente através de tabelas bivariadas, por exemplo. Em nosso caso, teremos oportunidade de identificar se há algum tipo de característica ocupacional que emerge entre indivíduos que compartilham inserções semelhantes no mercado de trabalho. Poderemos saber, por exemplo, se a fronteira entre formalidade e informalidade é captada pelos indicadores que utilizamos ou não. Além disso, saberemos com qual setor de atividade econômica esta fronteira é mais relevante, ou qual perfil pode existir como marcador dessas fronteiras.

O que desejamos saber é se há um padrão de respostas que emerge como mais frequente do que outros. Como trabalhamos com indicadores categóricos, teríamos que fazer uma tabulação de todas as variáveis de nosso interesse em uma tabela de contingência (Collins e Lanza, 2010, p. 27). A ideia básica da técnica é captar associações entre um conjunto de variáveis, tidas como indicadores de uma tipologia não observada, que podem ser resumidas por um número menor de categorias latentes obtidas através de um procedimento estatístico. Dado o pertencimento a uma categoria latente, supõe-se que as variáveis usadas na avaliação são independentes entre si. Leitores interessados em detalhes técnicos devem consultar o artigo *A tipologia ocupacional Erikson-Goldthorpe-Portocarero (EGP): uma avaliação analítica e empírica* (Carvalhoes, 2016).

1.4 Resultados

Procedemos da seguinte forma para ajustar nossos modelos. Especificamos vários modelos com todas as variáveis apresentadas, acrescentando um parâmetro de variável latente por vez. A lógica subjacente a nossa estratégia é tirar proveito do padrão de variação presente a cada passo do modelo; cada etapa do ajuste serve de base comparativa para o passo seguinte. Procedendo dessa maneira, podemos compreender o que acontece quando ajustamos um parâmetro adicional aos dados, e dessa forma poderemos ter uma ideia de se o padrão de associação que emerge se sustenta à medida que prossegue a análise.

Os critérios selecionados para avaliação dos modelos (tabela 2) são as estatísticas típicas de análises de modelos deste tipo, como a likelihood-ratio statistic G^2 , e as estatísticas BIC e AIC. Esse tipo de estatística é preferível na análise do ajuste dos modelos, que é muito afetado por um problema de células vazias (*sparseness*). Com o uso do número de variáveis descritas, vários dos perfis possíveis de serem identificados na amostra não o são, e estatísticas que dependem da distribuição das células na tabela, como a estatística G^2 , devem preferencialmente ser evitadas (Collins e Lanza, 2010, p. 85).

Na escolha final do ajuste dos modelos, os critérios estatísticos são contrabalançados por critérios substantivos. O padrão de associação identificado também é sujeito às reflexões teóricas que orientam a construção do modelo e dos dados que o alimentam. A junção de ambas as considerações, adicionada da procura de um resultado parcimonioso, guiou a seleção dos resultados escolhidos para a apresentação a seguir.

TABELA 2
Ajuste dos modelos de análise de CLs, com EGP

Número de análise de CLs	Log <i>likelihood</i>	Graus de liberdade	G^2	AIC	BIC	Entropia	Efeito de <i>design</i>
2	-55.198	337.864	27.921	28.031	28.403	0,93	1,46
3	-53.443	337.836	24.412	24.578	25.138	0,96	1,13
4	-51.980	337.808	21.485	21.707	22.456	0,95	1,16
5	-50.783	337.780	19.091	19.369	20.308	0,97	1,15
6	-49.685	337.752	16.895	17.229	18.357	0,97	1,12

Fonte: Pesquisa das Dimensões Sociais da Desigualdade 2008. Disponível em: <http://www.cis.org.br>. Acesso em: 30 out. 2021. Elaboração do autor.

Ao analisar os resultados dos ajustes do modelo, ficamos entre soluções com quatro ou cinco CLs. Como previamente apontado, a escolha não se baseia somente nas estatísticas de ajuste dos modelos, porque estamos mais interessados em ver como os resultados emergem à medida que adicionamos parâmetros (cada CL). Assim, os critérios fundamentais para análise dos resultados foram um balanço

entre sua parcimônia, seu significado substantivo e critérios estatísticos. Não faria sentido tentar reproduzir uma solução que superasse cinco CLs, porque estaríamos nos aproximando de um número próximo ao número máximo de categorias da variável que motiva este estudo, ou seja, as onze classes postuladas pela tipologia EGP.

Embora esse resultado guie o limite de nossa interpretação, nosso interesse está em outro tipo de resultado fornecido pela modelagem. Na tabela 3, apresentamos probabilidades condicionais para cada item-resposta das variáveis selecionadas para o modelo. A interpretação dessa probabilidade é similar à que é feita usando *loadings* de uma análise fatorial, ou seja, esta interpretação guia o “significado” do agrupamento sugerido em cada especificação do modelo. No entanto, ao contrário da análise fatorial, temos de estar atentos ao padrão de variabilidade dessas probabilidades em diversas especificações do modelo (com 2, 3, 4, ... , N CLs), uma vez que os padrões refletem probabilidades condicionais e são especificados de acordo com o número de CLs ajustado em cada passo da modelagem (Collins e Lanza, 2010, p. 50). A tabela 3 apresenta os principais parâmetros gerados pelos modelos. Cada linha representa o parâmetro de nosso interesse p (*rho*), com exceção da primeira linha de cada tabela, que informa o parâmetro *gamma*, o qual indica a prevalência (tamanho) daquela CL na amostra. Os erros-padrão foram omitidos por serem inferiores a 0,0, logo, irrelevantes na avaliação dos coeficientes reportados nas tabelas.

TABELA 3
Resultados dos modelos de CLs com EGP ajustado

	2 CLs		3 CLs			4 CLs				5 CLs				
	CL1	CL2	CL1	CL2	CL3	CL1	CL2	CL3	CL4	CL1	CL2	CL3	CL4	CL5
Gamma	0,53	0,47	0,52	0,40	0,08	0,15	0,43	0,08	0,35	0,10	0,21	0,08	0,34	0,27
Menos de 8 horas	0,18	0,28	0,18	0,29	0,21	0,31	0,15	0,21	0,29	0,30	0,22	0,21	0,29	0,12
Oito horas	0,55	0,39	0,55	0,37	0,47	0,48	0,55	0,47	0,37	0,49	0,49	0,47	0,37	0,58
Mais de 8 horas	0,27	0,34	0,27	0,34	0,32	0,21	0,30	0,31	0,34	0,21	0,29	0,31	0,34	0,30
Empregado no setor público	0,23	0,00	0,24	0,00	0,00	0,84	0,00	0,00	0,00	0,95	0,12	0,00	0,00	0,00
Empregado no setor privado com carteira assinada	0,64	0,00	0,65	0,00	0,09	0,13	0,75	0,09	0,00	0,02	0,62	0,09	0,00	0,77
Empregado no setor privado sem carteira assinada	0,11	0,12	0,09	0,14	0,07	0,00	0,23	0,07	0,02	0,00	0,24	0,07	0,00	0,20
Conta própria	0,00	0,83	0,00	0,81	0,82	0,02	0,00	0,82	0,93	0,02	0,00	0,82	0,95	0,00
Empregador	0,01	0,05	0,01	0,05	0,02	0,01	0,01	0,02	0,05	0,00	0,02	0,02	0,05	0,02
Não contribui	0,77	0,94	0,77	0,94	0,91	0,62	0,84	0,91	0,94	0,60	0,83	0,91	0,94	0,83

(Continua)

(Continuação)

	2 CLs		3 CLs			4 CLs				5 CLs				
	CL1	CL2	CL1	CL2	CL3	CL1	CL2	CL3	CL4	CL1	CL2	CL3	CL4	CL5
Contribui	0,23	0,06	0,23	0,06	0,09	0,38	0,16	0,09	0,06	0,40	0,17	0,09	0,06	0,17
Não é filiado	0,62	0,91	0,61	0,94	0,69	0,49	0,70	0,68	0,93	0,49	0,72	0,68	0,93	0,66
É filiado	0,38	0,09	0,39	0,06	0,31	0,51	0,30	0,32	0,07	0,51	0,28	0,32	0,07	0,34
Sem nenhum dos direitos	0,10	0,96	0,09	0,96	0,91	0,10	0,20	0,91	0,95	0,07	0,24	0,91	0,95	0,18
Com direito a férias, licença, ambas	0,90	0,04	0,91	0,04	0,09	0,90	0,80	0,09	0,05	0,93	0,76	0,09	0,05	0,82
Outras formas de pagamento	0,15	0,72	0,15	0,70	0,74	0,01	0,24	0,74	0,73	0,00	0,18	0,74	0,73	0,26
Pagamento mensal	0,85	0,28	0,85	0,30	0,26	0,99	0,76	0,26	0,27	1,00	0,82	0,26	0,27	0,74
Zero a 3 SMs	0,74	0,86	0,73	0,86	0,86	0,49	0,83	0,86	0,85	0,42	0,85	0,86	0,85	0,79
Mais de 3 SMs	0,26	0,14	0,27	0,14	0,14	0,51	0,17	0,14	0,15	0,58	0,15	0,14	0,15	0,21
Todas as outras	0,98	0,85	0,99	1,00	0,00	0,99	0,99	0,00	1,00	0,99	1,00	0,00	1,00	0,99
Atividades agrárias e agropecuárias	0,02	0,15	0,01	0,00	1,00	0,01	0,01	1,00	0,00	0,01	0,00	1,00	0,00	0,01
Todas as outras	0,79	0,89	0,78	0,86	1,00	0,98	0,72	1,00	0,87	0,98	1,00	1,00	0,86	0,55
Indústria (de transformação, de construção etc.)	0,21	0,11	0,22	0,14	0,00	0,02	0,28	0,00	0,13	0,02	0,00	0,00	0,14	0,45
Todas as outras	0,87	0,79	0,87	0,76	1,00	1,00	0,82	1,00	0,74	1,00	1,00	1,00	0,74	0,70
Comércio	0,13	0,21	0,13	0,24	0,00	0,00	0,18	0,00	0,26	0,00	0,00	0,00	0,26	0,30
Todas as outras	0,89	1,00	0,89	1,00	1,00	0,60	1,00	1,00	1,00	0,43	1,00	1,00	1,00	1,00
Outras atividades	0,11	0,00	0,11	0,00	0,00	0,40	0,00	0,00	0,00	0,57	0,00	0,00	0,00	0,00
Todas as outras	0,88	0,85	0,88	0,83	1,00	0,93	0,86	1,00	0,83	0,93	1,00	1,00	0,83	0,76
Serviços	0,12	0,15	0,12	0,17	0,00	0,07	0,14	0,00	0,17	0,07	0,00	0,00	0,17	0,24
Todas as outras	0,59	0,63	0,59	0,56	1,00	0,50	0,61	1,00	0,57	0,67	0,00	1,00	0,57	1,00
Administração pública	0,41	0,37	0,41	0,44	0,00	0,50	0,39	0,00	0,43	0,33	1,00	0,00	0,43	0,00

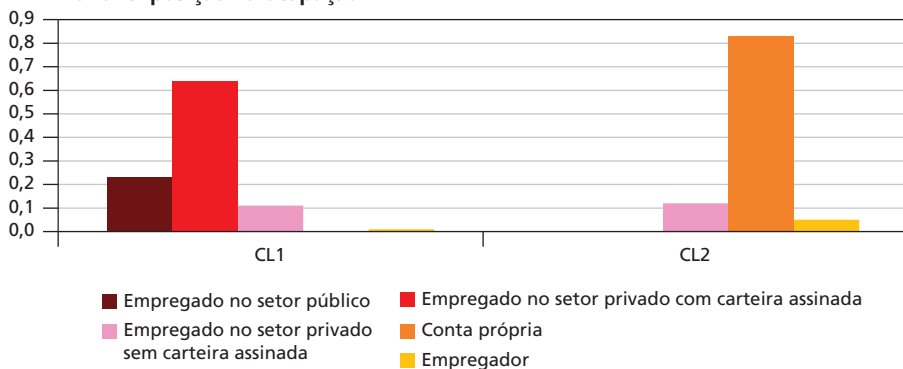
Fonte: Pesquisa das Dimensões Sociais da Desigualdade 2008. Disponível em: <http://www.cis.org.br>. Acesso em: 30 out. 2021.

Os resultados da modelagem estão apresentados nas tabelas anteriores, e os que mais se destacam, expostos nos gráficos de 1 a 4. De forma geral, podemos destacar que nem todos os indicadores elencados são interessantes em nosso exercício. Parâmetros p (rho) inferiores a 0,5 são tidos como relativamente fracos no ajuste dos modelos. Se estivéssemos em um quadro que emulasse a análise fatorial, eliminaríamos esses indicadores da análise. No entanto, nossa opção não é essa, pois a força de associação das variáveis escolhidas com as CLs é um dos resultados que desejamos apresentar, dado o ineditismo da disponibilidade desses dados com essa qualidade. Assim, mantivemos esses indicadores na apresentação da tabela, a fim de que sua relevância para o tipo de

caracterização ocupacional que pretendem captar ficasse explícita. Além disso, como certas variáveis influenciam o “agrupamento” gerado pela análise – mesmo que não tendo um resultado significativo ao final –, elas cumprem um papel para o ajuste do modelo, por isso são mantidas no modelo. Quais são os principais resultados que surgem a partir do ajuste desses modelos? Iremos analisar os resultados a partir de duas até cinco CLs. Vamos nos limitar à variável mais significativa para discussão, que é a posição na ocupação, no sentido de poupar espaço. Ao nos determos na análise desta variável, conseguimos destacar o que emerge de mais significativo no padrão de associação das variáveis escolhidas.

GRÁFICO 1

Resultado da análise de CLs com dois parâmetros ajustados – parâmetros ρ da variável posição na ocupação



Fonte: Pesquisa das Dimensões Sociais da Desigualdade 2008. Disponível em: <http://www.cis.org.br>. Acesso em: 30 out. 2021. Elaboração do autor.

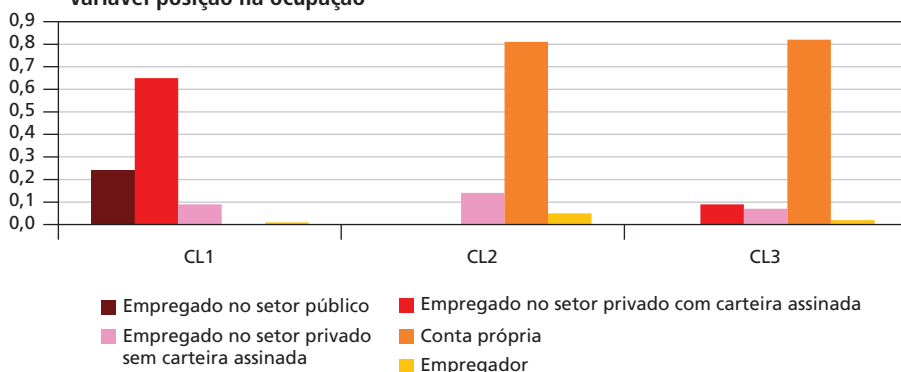
No primeiro passo, com duas CLs ajustadas, a principal fronteira que emerge é a da formalidade e, em seguida, a da informalidade, como aponta o gráfico 1. As variáveis observadas que se relacionam ao emprego com carteira assinada ou na administração pública se agrupam em uma CL, enquanto os sem carteira assinada e os conta própria se agrupam em outra. Ao ajustar-se o modelo com três CLs, o resultado se mantém. O parâmetro adicional acrescenta um grupo à análise, de perfil praticamente idêntico à CL que captava os “conta própria” no passo anterior. Com o auxílio da tabela 3, podemos perceber que a CL adicional ajustada se relaciona ao autoemprego rural, ou seja, ela estabelece uma fronteira setorial (rural e não rural) junto àqueles que estão envolvidos no autoemprego. No entanto, a principal fronteira identificada anteriormente se mantém, e a análise continua mostrando uma polarização entre o emprego e o autoemprego.

A seguir, adicionamos o quarto parâmetro, ajustamos um modelo com quatro CLs, representado no gráfico 3. Surge então uma divisão no grupo relacionado ao emprego, com a emergência de uma divisão setorial importante, que se relaciona

ao emprego público. No gráfico 4, são apresentados os resultados relativos ao ajuste de um modelo com cinco parâmetros. A nova LCA não apresenta resultados significativamente distintos dos alcançados previamente, há uma redundância entre as CLs dois (CL2) e cinco (CL5), como uma inspeção visual da importância das barras do gráfico 4 nos mostra, e o recurso à tabela 4 endossa. Sendo assim, iremos prosseguir nossa análise com um escrutínio do modelo mais simples, com quatro CLs ajustadas.

GRÁFICO 2

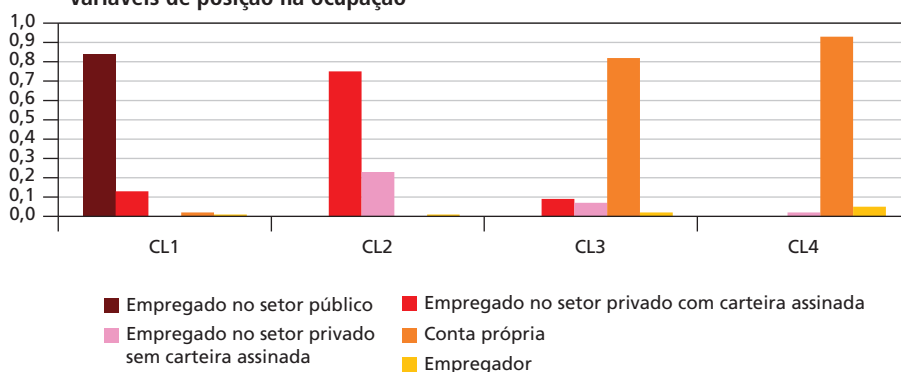
Resultado da análise de CLs com três parâmetros ajustados – parâmetros *rho* da variável posição na ocupação



Fonte: Pesquisa das Dimensões Sociais da Desigualdade 2008. Disponível em: <http://www.cis.org.br>. Acesso em: 30 out. 2021. Elaboração do autor.

GRÁFICO 3

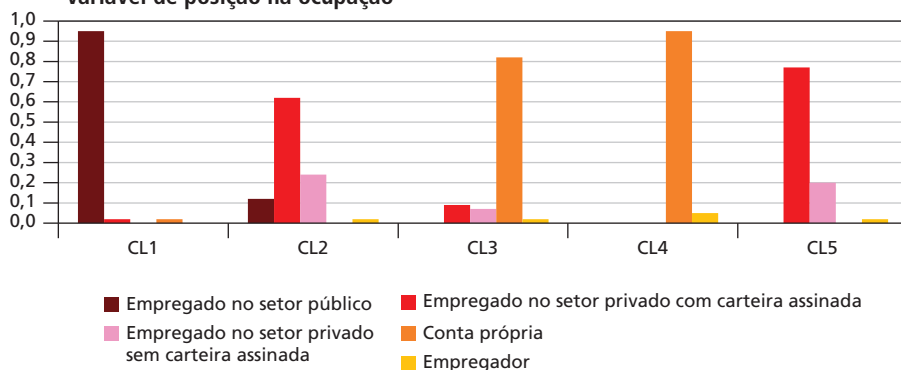
Resultado da análise de CLs com quatro parâmetros ajustados – parâmetros *rho* das variáveis de posição na ocupação



Fonte: Pesquisa das Dimensões Sociais da Desigualdade 2008. Disponível em: <http://www.cis.org.br>. Acesso em: 30 out. 2021. Elaboração do autor.

GRÁFICO 4

Resultado da análise de CLs com cinco parâmetros ajustados – parâmetros *rho* da variável de posição na ocupação



Fonte: Pesquisa das Dimensões Sociais da Desigualdade 2008. Disponível em: <http://www.cis.org.br>. Acesso em: 30 out. 2021. Elaboração do autor.

Tendo identificado o número de parâmetros que melhor se ajusta aos nossos dados e escolhido um resultado para focar a análise, prosseguimos com uma caracterização dessas CLs, através da inspeção de sua associação com os outros indicadores utilizados na análise. Um primeiro resultado significativo que pode ser apontado é o de que as CLs captam clivagens previsíveis do mercado de trabalho brasileiro. A mais geral é a divisão entre emprego e autoemprego, e essa divisão, por sua vez, também pode ser separada em dois grupos distintos. Entre os empregados, aparece a divisão entre os empregados com carteira assinada e aqueles do setor público; e entre os conta própria, entre aqueles ligados a atividades rurais ou urbanas. Essa distinção representa a conhecida dualidade do mercado de trabalho brasileiro, dividido entre formalidade e informalidade.⁷

Podemos, com os resultados analisados até o momento, fazer um pequeno resumo das principais características que emergem das análises selecionadas. Com efeito, o principal resultado encontrado foi uma clara divisão entre os conta própria e os empregados, independentemente do número de CLs ajustadas. Dada essa grande divisão, cada grupo ainda é dividido em outros dois, que diferenciam o “mundo do emprego” e o “mundo dos conta própria”. Ao analisarmos as características de cada uma das quatro CLs, vimos que a CL1 é a mais formalizada, a partir dos indicadores disponíveis na análise, e é predominantemente formada por empregados com carteira assinada e da administração pública. A CL2 é relativamente parecida, mas tem um nível de formalização relativamente menor e é dominada por empregados com carteira assinada. A CL3 é a CL mais homogênea, sendo

7. Ao contrário dos gráficos anteriores, em que a soma da porcentagem das barras somava 100%, nos gráficos a seguir, as barras podem atingir esse valor sozinhas. Isso se deve ao fato de que as variáveis foram inseridas como *dummies* no modelo, de forma que o padrão de variação se tornasse mais claro para a análise.

predominantemente rural e composta por aqueles envolvidos com o autoemprego; assim como a CL4, que, no entanto, tem uma composição heterogênea do ponto de vista das atividades. Em conjunto, podemos afirmar, com segurança, que esses resultados são consistentes com o quadro de formação do mercado de trabalho brasileiro, fornecendo uma boa descrição dele.

Dada essa coerência, acreditamos que os resultados são confiáveis para empreender a avaliação que desejamos, que é uma tentativa de entender a pertinência da tipologia ocupacional EGP para o contexto brasileiro. Na tabela 6 e no gráfico 7, temos os resultados condensados. O primeiro ponto a se destacar é a congruência entre a tipologia ocupacional EGP e a captação dos conta própria e sua divisão setorial. As CLs que captam esse tipo de situação se associam às categorias esperadas na tipologia, principalmente para os conta própria rurais. Com uma precisão relativamente menor, mas satisfatória, o mesmo ocorre para a CL4. No entanto, é de se ressaltar que categorias não esperadas da tipologia também se fazem representar na CL, como é possível identificar para as categorias I, II e IIIa da tipologia EGP.

A heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro se faz representar nas associações entre a tipologia ocupacional e as CLs. Se começamos a análise seguindo crescentemente a organização dos algarismos romanos da categoria, as classes I, II e IIIa se agrupam com mais força na CL1, o que é relativamente previsível. No entanto, elas estão igualmente representadas na CL2 e na CL4. Como argumentamos anteriormente, a CL2 também se liga ao emprego, logo, seria natural haver um certo resíduo de associação entre tais categorias e essa CL. No entanto, a associação entre essas categorias e a CL4, que reflete fundamentalmente situações de autoemprego, não é esperada. Isso se dá, provavelmente, devido à relativa heterogeneidade das ocupações que compõem essas três categorias, e que não necessariamente se vinculam ao mercado de trabalho pelo emprego. Como no Brasil há formas de inserção que tentam flexibilizar os vínculos trabalhistas mesmo nas ocupações mais prestigiadas, elas acabam se associando à CL que capta a situação de autoemprego.

Uma situação parecida emerge com a categoria VIIa (*trabalhador manual não qualificado*). Ela se associa tanto à CL1 quanto à CL2. Como essa é uma categoria muito importante em termos de sua representatividade no mercado de trabalho brasileiro, ocupando 25% da amostra, parte dos ocupantes desta posição de classe acabam se fazendo representar na CL que representa uma situação mais formal, e estável, como é o caso da CL1. O tamanho dessa categoria mostra como a tipologia agrupa as diferentes inserções ocupacionais do mercado de trabalho brasileiro sob um mesmo rótulo, excessivamente grande. Essa representatividade da categoria acaba mascarando as outras inserções ocupacionais representativas de contratos de trabalho, que acabam tendo uma importância residual nas associações com as CLs.

Dados esses padrões de associação, é possível afirmar que a tipologia ocupacional funciona apenas parcialmente para os dados brasileiros. Apesar de ser sensível à presença do autoemprego, a tipologia não tem padrões claros de associação para as fronteiras que ela pretende captar, as divisões presentes no mercado de trabalho e reguladas por diferentes tipos de “contrato”, o de serviço e o de trabalho. Essa situação é apenas parcialmente captada no mercado de trabalho brasileiro, e toda a sua heterogeneidade fica resumida a poucas categorias muito heterogêneas, principalmente a de *trabalhador manual não qualificado e conta própria sem empregados*. Apesar de a análise ser sensível aos pontos destacados pela literatura como marcantes do mercado de trabalho brasileiro, principalmente as marcas da informalidade, essa característica se faz presente na análise sobretudo através dos conta própria – a tipologia é pouco sensível à massa de trabalhadores que recorre a vias mercantis como estratégia de trabalho.

TABELA 4

Resultados dos modelos de análise de CLs com quatro parâmetros ajustados – parâmetros ρ da tipologia ocupacional EGP

	CL1	CL2	CL3	CL4
I – Profissionais, alto nível	0,24	0,06	0,00	0,06
II – Profissionais, baixo nível	0,26	0,10	0,00	0,09
IIIa – Não manual de rotina	0,21	0,07	0,00	0,10
IIIb – Serviços e vendas	0,03	0,13	0,00	0,00
IVa – Conta própria com empregados	0,00	0,00	0,01	0,23
IVb – Conta própria sem empregados	0,00	0,00	0,01	0,47
V – Supervisores do trabalho manual	0,01	0,04	0,00	0,00
VI – Trabalhador manual qualificado	0,06	0,12	0,00	0,00
VIIa – Trabalhador manual não qualificado	0,19	0,48	0,01	0,03
VIIb – Trabalhadores agrários	0,00	0,01	0,17	0,00
IVc – Conta própria agrário	0,00	0,00	0,81	0,02

Fonte: Pesquisa das Dimensões Sociais da Desigualdade 2008. Disponível em: <http://www.cis.org.br>. Acesso em: 30 out. 2021. Elaboração dos autores.

1.5 Discussão e conclusão

Ao longo deste trabalho, apresentamos os contornos analíticos da estratégia de argumentação sociológica chamada análise de classes. Apresentamos essas abordagens e uma forma particular de operacionalizar os agregados ocupacionais, a tipologia EGP, amplamente utilizada na literatura internacional, mas não no Brasil. Adotamos um entendimento eclético do que é a análise de classes e, em vez de nos determos nos ruídos presentes nas diferentes propostas internacionais e nacionais, procuramos destacar o que há de comum entre elas. Nossa avaliação tem também uma orienta-

ção pragmática, já que tiramos proveito da disponibilidade de dados inéditos para a realização dos modelos apresentados ao longo do capítulo.

Perguntamo-nos se essa classificação ocupacional utilizada, feita tendo em vista pesquisas internacionais e focada em mercados de trabalho bastante distintos, se sustenta para o caso brasileiro. Inspirados pela literatura sociológica sobre estratificação social e mercados de trabalho, questionamos se o contexto brasileiro não inviabilizaria a utilização da tipologia. Acreditamos que os resultados apresentados mostram que as ressalvas feitas, inspiradas na literatura mobilizada, têm ressonância empírica. Cremos que o principal resultado que encontramos foi a explicitação da marca da informalidade no mercado de trabalho brasileiro e como ela se relaciona com a tipologia ocupacional utilizada. Por um lado, o esquema EGP tem um bom desempenho na captação de situações que se relacionam com o autoemprego, mas, por outro, não consegue captar claramente tendências representativas relativas ao emprego, o que, supostamente, a tipologia faria por definição.

Outro resultado que nos chama atenção, associado ao que mencionamos no parágrafo anterior, mas vinculado também a outras variáveis, se deve às variáveis relacionadas à administração pública. Se nos permitirmos uma extrapolação que não atribui esse resultado a erros de mensuração dessas variáveis, podemos apontar que isso se deve a uma heterogeneidade de contratação do setor público. De um lado, teríamos o regime de contratação de concursados, com alta estabilidade, salários e direitos. De outro, temos indivíduos que prestam serviços para o setor público, mas não são concursados. As duas situações implicam posições de classe distintas, como acreditamos ter se refletido nos resultados de nossa modelagem. O papel dessa dimensão em nossa modelagem, acreditamos, é um resultado não trivial alcançado em nossa análise. Essa não é uma dimensão que foi incorporada sistematicamente na literatura brasileira sobre análise de classes, o que nos parece grave, tanto pelas consequências empíricas quanto por considerações sociológicas mais gerais. Esse tipo de evidência aponta para o papel direto do Estado na estruturação de posições no mercado de trabalho e na geração da desigualdade. Certamente, essa é uma via de reflexão interessante e promissora, que toca em outros temas mais gerais, que não são o foco de nosso argumento no momento.

Tendo em vista os resultados alcançados e a literatura com a qual dialogamos, um resultado substantivo que surge a partir deste trabalho é o endosso às precauções feitas por outros pesquisadores na operacionalização de tipologias ocupacionais para o mercado de trabalho brasileiro. Os desafios que marcam a formação de nossa estrutura ocupacional têm de ser diretamente incorporados na operacionalização da tipologia, e propostas mais genéricas e menos específicas, como é o caso do EGP, têm limites claros para a análise de um contexto como o nosso. De todo modo, acreditamos ter demonstrado, de forma válida, a necessidade de avaliar essa

dimensão. Igualmente, pesquisadores de outras áreas interessados em incorporar tipologias ocupacionais em seus trabalhos empíricos encontram neste trabalho ressalvas que podem lhes ser úteis ao lidar com este tema, sociológico por excelência. Ao final de nossa reflexão, sugerimos que colegas também empiricamente orientados apresentem mais claramente seus parâmetros de operacionalização e se preocupem – como tentamos fazer neste capítulo – com os critérios de validade interna dos conceitos de que se utilizam.

REFERÊNCIAS

- BIRKELUND, G. E.; GOODMAN, L. A.; ROSE, D. The latent structure of job characteristics of men and women. **American Journal of Sociology**, v. 102, n. 1, p. 80-113, 1996.
- BREEN, R. Foundations of a neo-Weberian class analysis. *In*: WRIGHT, E. O. (Ed.). **Approaches to class analysis**. Nova York: Cambridge University Press, 2005. p. 31-50.
- BREEN, R.; HALPIN, B. (Ed.). **Subsidising jobs**: an evaluation of the employment incentive scheme. Dublin: ESRI, 1989.
- BREEN, R.; ROTTMAN, D. B. (Ed.). **Class stratification**: a comparative perspective. Nova York: Harvester Wheatsheaf, 1995.
- CARDOSO, A. Transições da escola para o trabalho no Brasil: persistência da desigualdade e frustração de expectativas. **Dados**, v. 51, n. 3, p. 569-616, 2008.
- CHAN, T. W. *et al.* Social status in Norway. **European Sociological Review**, v. 27, n. 4, p. 451-468, 2011.
- CHAN, T. W.; GOLDTHORPE, J. H. Class and status: the conceptual distinction and its empirical relevance. **American Sociological Review**, v. 72, n. 4, p. 512-532, 2007.
- COLLINS, L. M.; LANZA, S. T. (Ed.). **Latent class and latent transition analysis**: with applications in the social, behavioral and health sciences. Hoboken: Wiley, 2010.
- ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H. (Ed.). **The constant flux**: a study of class mobility in industrial societies. Oxford: Clarendon Press, 1992.
- ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H.; PORTOCARERO, L. Intergenerational class mobility in three Western European societies: England, France and Sweden. **The British Journal of Sociology**, v. 30, n. 4, p. 415-441, 1979.

EVANS, G.; MILLS, C. Identifying class structure: a latent class analysis of the criterion-related and construct validity of the Goldthorpe class schema. **European Sociological Review**, v. 14, n. 1, p. 87-106, 1998.

EVANS, G.; MILLS, C. Are there classes in post-communist societies? A new approach to identifying class structure. **Sociology**, v. 33, n. 1, p. 23-46, 1999.

EVANS, G.; MILLS, C. In search of the wage-labour/service contract: new evidence on the validity of the Goldthorpe class schema. **British Journal of Sociology**, v. 51, n. 4, p. 641-661, 2000.

GANZEBOOM, H. B. G.; TREIMAN, D. J. Internationally comparable measures of occupational status for the 1988 International Standard Classification of Occupations. **Social Science Research**, v. 25, n. 3, p. 201-239, 1996.

GOLDTHORPE, J. H. (Ed.). **On sociology**: numbers, narratives, and the integration of research and theory. Nova York: Oxford University Press, 2000.

GOLDTHORPE, J. H. Occupational sociology, yes: class analysis, no: comment on Grusky and Weeden's "research agenda". **Acta Sociologica**, v. 45, n. 3, p. 211-217, 2002.

GOLDTHORPE, J. H. (Ed.). **On sociology**: illustration and retrospect. 2. ed. Stanford: Stanford University Press, 2007a. v. 2.

GOLDTHORPE, J. H. Social class and the differentiation of employment contracts. *In*: GOLDTHORPE, J. H. (Ed.). **On sociology**: illustration and retrospect. 2. ed. Stanford: Stanford University Press, 2007b. v. 2, p. 101-124.

GOLDTHORPE, J. H.; MARSHALL, G. The promising future of class analysis: a response to recent critiques. *In*: MARSHALL, G. O. (Ed.). **Repositioning class**: social inequality in industrial societies. Londres: Sage Publications, 1997. p. 381-400.

GOLDTHORPE, J. H.; MCKNIGHT, A. The economic basis of social class. *In*: MORGAN, S. L.; GRUSKY, D. B.; FIELDS, G. S. (Ed.). **Mobility and inequality**: frontiers of research in sociology and economics. Stanford: Stanford University Press, 2006. p. 109-136.

GRUSKY, D. B.; GALESCU, G. Foundations of a neo-Durkheimian class analysis. *In*: WRIGHT, E. O. (Ed.). **Approaches to class analysis**. Nova York: Cambridge University Press, 2005. p. 51-81.

GRUSKY, D. B.; SØRENSEN, J. Can class analysis be salvaged? **American Journal of Sociology**, v. 103, n. 5, p. 1187-1234, 1998.

GRUSKY, D. B.; WEEDEN, K. A. Does the sociological approach to studying social mobility have a future? *In*: MORGAN, S. L.; GRUSKY, D. B.; FIELDS,

G. S. (Ed.). **Mobility and inequality**: frontiers of research in sociology and economics. Stanford: Stanford University Press, 2006. p. 85-108.

GRUSKY, D. B.; WEEDEN, K. A. Are there social classes? A framework for testing sociology's favorite concept. *In*: LAREAU, A.; CONLEY, D. (Ed.). **Social class**: how does it work? Nova York: Russell Sage Foundation, 2008. p. 65-90.

GUIMARÃES, N. A. Por uma sociologia do desemprego. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 50, p. 103-121, 2002.

GUIMARÃES, N. A. Empresariando o trabalho: os agentes econômicos da intermediação de empregos, esses ilustres desconhecidos. **Dados**, v. 51, n. 2, p. 275-311, 2008.

HAGENAARS, J. A.; McCUTCHEON, A. L. (Ed.). **Applied latent class analysis**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2002.

MANZA, J.; BROOKS, C. Does class analysis have anything to contribute to the study of politics? – comments. **Theory and Society**, v. 25, n. 5, p. 717-724, 1996.

McCUTCHEON, A. L. (Ed.). **Latent class analysis**. Newbury Park: Sage Publications, 1987.

PAKULSKI, J.; WATERS, M. The reshaping and dissolution of social class in advanced society. **Theory and Society**, v. 25, n. 5, p. 667-691, 1996.

PORTES, A. (Ed.). **Economic sociology**: a systematic inquiry. Princeton: Princeton University Press, 2010.

PORTES, A.; HALLER, W. The informal economy. *In*: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Ed). **The handbook of economic sociology**. 2. ed. Princeton; Oxford: Princeton University Press; Nova York: Russel Sage Foundation, 2005. p. 403-425.

PORTES, A.; HOFFMAN. Latin American class structures: their composition and change during the Neoliberal Era. **Latin American Research Review**, v. 38, n. 1, p. 41-82, 2003.

RIBEIRO, C. A. C. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru: Anpocs; Edusc, 2007.

SANTOS, J. A. F. **Estrutura de posições de classe no Brasil**: mapeamento, mudanças e efeitos na renda. Rio de Janeiro: Editora Iuperj, 2002.

SANTOS, J. A. F. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005.

SCALON, M. C. R. da C. **Mobilidade social no Brasil**: padrões e tendências. 1997. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

SILVA, N. de V. O esquema analítico e a classificação ocupacional. *In*: HASENBALG, C.; SILVA, N. de V. (Org.). **Origens e destinos**: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003a. p. 37-54.

SILVA, N. de V. Os rendimentos pessoais. *In*: HASENBALG, C.; SILVA, N. de V. (Org.). **Origens e destinos**: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003b. p. 431-456.

SØRENSEN, A. B. The structural basis of social inequality. **American Journal of Sociology**, v. 101, n. 5, p. 1333-1365, 1996.

TORCHE, F. Una clasificación de clases para la sociedad chilena. **Revista de Sociología**, v. 20, p. 15-43, 2006.

WEEDEN, K. A.; GRUSKY, D. B. The three worlds of inequality. **American Journal of Sociology**, v. 117, n. 6, p. 1723-1785, 2012.

WRIGHT, E. O. (Ed.). **Class counts**: comparative studies in class analysis. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1997.

WRIGHT, E. O. (Ed.). **Approaches to class analysis**. Nova York: Cambridge University Press, 2005a.

WRIGHT, E. O. Foundations of a neo-Marxist class analysis. *In*: WRIGHT, E. O. (Ed.). **Approaches to class analysis**. Nova York: Cambridge University Press, 2005b. p. 4-30.

